

SUMÁRIO

PARTE 1 – FUNDAMENTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, REGIME JURÍDICO E ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	39
TÍTULO I – FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E ELEMENTOS DOGMÁTICOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	39
Capítulo 1 – História e evolução do direito administrativo.....	39
1.1. Perspectiva internacional	40
1.1.1. Período romano antigo.....	40
1.1.2. Feudalismo.....	42
1.1.3. Direito administrativo na Inglaterra	43
1.1.4. Direito administrativo nos Estados Unidos.....	47
1.1.5. Direito administrativo na França	52
1.1.6. Direito administrativo na Itália.....	61
1.1.7. Direito administrativo na Alemanha.....	62
1.1.8. Direito administrativo na União Europeia.....	66
1.2. Perspectiva nacional	67
1.3. Direito administrativo contemporâneo no Brasil	76
1.3.1. Paradigmas atuais	76
1.3.2. Desafios futuros	81
1.4. Direito à boa administração	89
Capítulo 2 – Conceito e objeto do direito administrativo.....	94
2.1. Critérios de definição do direito administrativo	94
2.1.1. Critério da Administração Pública	95
2.1.2. Escola do serviço público	97
2.1.3. Escola exegética	98
2.1.4. Critério do poder executivo	99
2.1.5. Critério teleológico	99
2.1.6. Critério residual ou negativo	100
2.1.7. Critério das relações jurídicas	100
2.1.8. Critério da administração pública.....	100
2.1.9. Sistematização dos conceitos – quadro esquemático	102
2.1.10. Nossa definição	102
2.2. Direito administrativo e direito da administração pública.....	105
2.3. Objeto do direito administrativo.....	106
Capítulo 3 – Fontes do direito administrativo	108
3.1. Norma jurídica.....	109
3.1.1. Constituição Federal.....	110
3.1.2. Leis.....	112
3.1.3. Tratados internacionais.....	113
3.1.4. Decretos autônomos.....	115

3.2.	Jurisprudência.....	117
3.2.2.	O papel do Conselho de Estado	118
3.2.2.1.	Conselho de Estado francês	118
3.2.2.2.	Conselho de Estado italiano.....	123
3.2.2.3.	Conselho de Estado no Brasil.....	125
3.3.	Precedente	125
3.4.	Doutrina	130
3.5.	Costume	130
Capítulo 4 – Direito administrativo e interesse jurídico		132
4.1.	Diferenças e semelhanças.....	132
4.2.	Interesse no processo administrativo.....	139
TÍTULO II – ORDEM JURÍDICO-ADMINISTRATIVA		143
Capítulo 5 – Regime jurídico-administrativo.....		143
5.1.	Conceituação	143
5.2.	Regime jurídico público e privado.....	145
5.3.	Regimes jurídico-administrativos.....	148
5.3.1.	Regime jurídico-administrativo romano-germânico (<i>civil law</i>).....	149
5.3.2.	Regime jurídico-administrativo anglo-saxão (<i>common law</i>).....	150
5.3.3.	Regime jurídico-administrativo brasileiro	151
5.3.4.	Perspectivas contemporâneas	152
Capítulo 6 – Princípios administrativos		154
6.1.	Introdução e natureza jurídica dos princípios	154
6.2.	Princípios gerais do direito.....	159
6.3.	Princípios administrativos	160
6.3.1.	Natureza jurídica dos princípios administrativos	161
6.3.2.	Conteúdo dos princípios administrativos.....	162
6.3.3.	Eficácia dos princípios administrativos	164
6.3.4.	Autonomia dos princípios administrativos em face da legalidade ...	165
6.4.	Princípios administrativos expressos no art. 37 “caput” da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	166
6.4.1.	Princípio da legalidade.....	168
6.4.1.1.	Considerações iniciais.....	168
6.4.1.2.	Tipicidade, tipificação, conceito e tipo.....	169
6.4.1.3.	Definições ao princípio da legalidade	172
6.4.1.4.	Lei.....	176
6.4.1.5.	Bloco de legalidade.....	178
6.4.1.6.	Legalidade: respeito à lei e ao direito – supremacia da lei.....	182
6.4.1.7.	Exceções ao princípio da legalidade ou à lei formal ...	183
6.4.1.8.	Legalidade e reserva de lei	188
6.4.1.9.	Legalidade e Estado de Direito.....	190
6.4.1.10.	Nível de detalhamento do princípio da legalidade	194
6.4.1.11.	Controle da legalidade	197
6.4.1.12.	Evolução e perspectiva contemporânea da legalidade.....	199

6.4.2.	Princípio da impessoalidade	204
6.4.2.1.	Conceito e elementos dogmáticos do princípio da impessoalidade.....	204
6.4.2.2.	Princípio da impessoalidade no direito estrangeiro....	204
6.4.2.3.	Fundamentos ao princípio da impessoalidade	206
6.4.2.4.	Efeitos do princípio da impessoalidade	209
6.4.3.	Princípio da moralidade.....	211
6.4.3.1.	Percurso da construção do princípio da moralidade administrativa	212
6.4.3.2.	Interpretação do princípio da moralidade – definição de seu conteúdo	220
6.4.3.2.1.	Primeira pergunta – a moralidade administrativa confunde-se com a moralidade comum?	221
6.4.3.2.2.	Segunda pergunta – a moralidade administrativa possui autonomia para com o princípio da legalidade?.....	222
6.4.3.2.3.	Moralidade administrativa e abuso de direito	229
6.4.3.2.4.	Moralidade como “superprincípio”	230
6.4.3.2.5.	Moralidade e probidade administrativas.....	232
6.4.3.2.6.	Outras concepções do princípio da moralidade.....	233
6.4.3.2.7.	Síntese conclusiva.....	234
6.4.4.	Princípio da publicidade.....	238
6.4.4.1.	Objetivos e efeitos do princípio da publicidade.....	241
6.4.4.2.	Formas de publicidade.....	242
6.4.4.3.	Níveis de publicidade.....	245
6.4.4.3.1.	Conteúdo formal.....	246
6.4.4.3.2.	Conteúdo material ou substancial.....	247
6.4.4.4.	O princípio da publicidade no direito positivo	248
6.4.4.5.	Relativização da publicidade dos atos administrativos	252
6.4.5.	Princípio da eficiência.....	253
6.4.5.1.	Antecedentes	253
6.4.5.2.	Perspectiva internacional	254
6.4.5.3.	Perspectiva nacional	257
6.4.5.4.	Conteúdo do princípio da eficiência	258
6.4.5.5.	Eficiência, eficácia e efetividade	263
6.4.5.6.	Mecanismos para a implementação do princípio da eficiência	264
6.4.5.6.1.	Agência executiva e contrato de gestão ou de desempenho	267
6.5.	Princípios administrativos implícitos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	269
6.5.1.	Princípio da indisponibilidade do interesse público	269
6.5.1.1.	Interesse público	270

	6.5.1.1.1.	Primeiras considerações: interesse público primário e secundário	270
	6.5.1.1.2.	Outras considerações sobre o interesse público.....	272
	6.5.1.1.3.	Conclusões parciais.....	281
	6.5.1.2.	Princípio da indisponibilidade.....	283
	6.5.1.2.1.	Implicações práticas	284
	6.5.1.2.2.	Uso da arbitragem nos negócios jurídicos-administrativos.....	287
	6.5.1.3.	“Princípio da supremacia do interesse público”	291
	6.5.1.4.	Fixação de elementos dogmáticos – síntese conclusiva.....	296
	6.5.2.	Princípio da igualdade.....	298
	6.5.3.	Princípio da razoabilidade e/ou da proporcionalidade	304
	6.5.3.1.	Antecedentes históricos	304
	6.5.3.2.	Conteúdo da razoabilidade.....	310
	6.5.3.2.1.	Perspectiva norte-americana.....	310
	6.5.3.2.2.	Perspectiva brasileira.....	312
	6.5.4.	Princípio da participação	314
	6.5.4.1.	Conceito	314
	6.5.4.2.	Concretização do princípio da participação por meio de vários dispositivos constitucionais	314
	6.5.4.3.	Manifestações do princípio da participação no direito estrangeiro.....	316
	6.5.4.4.	“Efeitos colaterais” do princípio da participação	317
	6.5.4.5.	Formas de participação	317
	6.5.4.6.	Perspectiva contemporânea acerca do princípio da participação.....	317
6.6.		Princípios administrativos expressos na legislação	319
TÍTULO III – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AGENTES PÚBLICOS E PROIBIÇÃO ADMINISTRATIVA			321
Capítulo 7 – Administração Pública.....			321
7.1.		Premissas teóricas	321
	7.1.1.	Sentidos, noções ou concepções do termo “administração pública”	321
	7.1.2.	Administração pública e governo	324
	7.1.3.	Estado e Administração Pública	325
7.2.		Estrutura orgânica da Administração Pública	326
	7.2.1.	Entidades ou pessoas jurídicas da Administração Pública.....	327
	7.2.2.	Órgãos públicos	329
	7.2.2.1.	Teorias que explicam o órgão	330
	7.2.2.2.	Características do órgão público.....	331
	7.2.2.3.	Espécies de órgãos públicos	332
	7.2.2.4.	Teoria da personificação do órgão	334
	7.2.2.5.	Criação de órgãos públicos – desconcentração ou especialização	335
	7.2.3.	Formas estruturais da Administração Pública	335

7.3.	Administração Pública direta e indireta.....	340
7.3.1.	Relação entre os entes da Administração direta e indireta – poder de tutela, controle técnico, controle finalístico ou controle ministerial.....	340
7.3.2.	Administração Pública direta.....	341
7.3.3.	Administração Pública indireta	344
7.3.3.1.	Criação de entidades da Administração Pública indireta – descentralização.....	344
7.3.3.2.	Espécies de entidades da Administração Pública indireta.....	345
7.3.3.2.1.	Autarquia	346
7.3.3.2.1.1.	Conceito e natureza jurídica da autarquia.....	346
7.3.3.2.1.2.	Espécies de autarquia	348
7.3.3.2.1.3.	Agências reguladoras	352
7.3.3.2.2.	Fundação pública.....	362
7.3.3.2.2.1.	Conceito de fundação pública.....	363
7.3.3.2.2.2.	Natureza jurídica da fundação pública	364
7.3.3.2.3.	Empresas estatais	365
7.3.3.2.3.1.	Exploração de atividade econômica pelo Estado ou intervenção direta na economia.....	367
7.3.3.2.3.2.	Criação de empresas estatais e de subsidiárias ...	368
7.3.3.2.3.3.	Licitações das empresas estatais	370
7.3.3.2.3.4.	Regime de pessoal das empresas estatais.....	370
7.3.3.2.3.5.	Extinção das empresas estatais	371
7.3.3.2.3.6.	Controle das empresas estatais	372
7.3.3.2.3.7.	Imunidade tributária das empresas estatais.....	374
7.3.3.2.3.8.	Empresa pública.....	374
7.3.3.2.3.9.	Sociedade de economia mista.....	375
7.3.3.2.3.10.	Empresa ou sociedade controlada pela Administração Pública.....	378
7.3.3.2.5.	Associações constituídas a partir de consórcios públicos.....	379
7.3.3.2.5.1.	Conceito de associação derivada de consórcio público.....	380

7.3.3.2.5.2.	Espécies de associação derivada de consórcio público.....	382
7.3.3.2.5.3.	Procedimento de constituição da associação derivada de consórcio público.....	384
7.3.3.2.5.4.	Prerrogativas da associação derivada do contrato de consórcio público	386
7.3.3.2.5.5.	Extinção do consórcio ou a retirada de um dos seus membros.....	386
Capítulo 8 – Agentes públicos.....		387
8.1.	Conceito e elementos de agente público	387
8.2.	Relação jurídica do agente público para com o Estado e investidura.....	390
8.3.	Agente ou funcionário público de fato	391
8.4.	Classificação dos agentes públicos.....	392
8.4.1.	As várias classificações de agentes públicos.....	393
8.4.2.	A nossa classificação	395
8.5.	Agentes políticos.....	397
8.6.	Militares	399
8.6.1.	Classificação e espécies de militares	399
8.6.2.	Estatuto das corporações militares.....	399
8.6.3.	Patentes militares.....	400
8.6.4.	Vedações constitucionais aos militares	401
8.7.	Particulares em colaboração	402
8.8.	Agentes administrativos.....	404
8.8.1.	Contração temporária ou por tempo determinado.....	405
8.8.1.1.	Conceito	405
8.8.1.2.	Requisitos à contratação temporária.....	406
8.8.1.3.	Direitos dos contratados temporariamente	408
8.8.1.4.	Competência para julgamento	408
8.8.2.	Servidor público detentor de emprego público	409
8.8.3.	Servidor público detentor de cargo público.....	412
8.8.3.1.	Cargo de confiança, cargo em comissão ou cargo não estável	413
8.8.3.2.	Cargo de provimento efetivo	415
8.8.4.	Acumulação de cargos e de empregos públicos	416
8.8.4.1.	Possibilidades de acumulação de cargos ou empregos públicos	416
8.8.4.2.	Requisitos à acumulação de cargos ou empregos públicos	418
8.8.4.3.	Providências quando há a acumulação indevida	418
8.8.5.	Regime jurídico único.....	419
8.8.6.	Regime jurídico dos servidores públicos estatutários civis.....	420
8.8.6.1.	Institutos relativos ao regime estatutário civil.....	420

8.8.6.2.	Formas de provimento de cargos públicos – acesso aos cargos públicos	426
8.8.6.2.1.	Provimento originário – nomeação	428
8.8.6.2.2.	Provimentos derivados.....	431
8.8.6.2.3.	Posse e exercício	436
8.8.6.3.	Concurso público	438
8.8.6.3.1.	Evolução histórica	438
8.8.6.3.2.	Conceito.....	438
8.8.6.3.3.	Fases do concurso público.....	439
8.8.6.3.4.	Critérios de seleção.....	440
8.8.6.3.5.	Prazo de validade e prorrogação de concurso público	447
8.8.6.3.6.	Número de vagas oferecidas no edital e direito à nomeação	448
8.8.6.3.7.	Edital do concurso público	452
8.8.6.3.8.	Contratação violando a obrigatoriedade de se perfazer concurso público	453
8.8.6.4.	Estágio probatório e estabilidade	453
8.8.6.5.	Sistema remuneratório	456
8.8.6.5.1.	Sistema de remuneração ou vencimento	457
8.8.6.5.2.	Sistema de subsídio.....	458
8.8.6.5.3.	Proibição de vinculação ou de equiparação de remunerações.....	459
8.8.6.5.4.	Revisão anual das remunerações dos servidores públicos	461
8.8.6.6.	Teto remuneratório.....	461
8.8.6.6.1.	Limites impostos pelo teto remuneratório	462
8.8.6.6.2.	Quem se submete ao teto remuneratório.....	463
8.8.6.6.3.	O que se inclui no limite do teto remuneratório.....	463
8.8.6.7.	Direito de greve do servidor público estatutário	464
8.8.6.8.	Formas de vacância de cargo público – desligamento do servidor público	465
8.8.6.9.	Proibição de nepotismo.....	466
8.8.6.10.	Responsabilidade do servidor público estatutário.....	468
8.8.6.10.1.	Proibições e deveres dos servidores públicos	468
8.8.6.10.2.	Penas disciplinares aplicadas aos servidores públicos	469
8.8.6.10.3.	Prescrição das penas disciplinares	472
8.8.6.10.4.	Processo administrativo disciplinar	472
8.8.7.	Regime próprio de previdência.....	479
8.8.7.1.	Introdução à seguridade social	479
8.8.7.2.	Aposentadoria e pensão	481
8.8.7.3.	Evolução do regime próprio de previdência	481
8.8.7.4.	Regime de previdência complementar	485

8.8.7.5.	Perspectiva contemporânea do regime próprio de previdência.....	485
Capítulo 9 – Proibidade administrativa.....		487
9.1.	Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92.....	490
9.1.1.	Previsão normativa.....	490
9.1.2.	Conceito de improbidade administrativa.....	492
9.1.3.	Teoria da independência relativa de esferas.....	493
9.1.4.	Sujeito passivo do ato de improbidade – vítima do ato – quem pode sofrer o ato.....	496
9.1.5.	Sujeito ativo do ato de improbidade – autor do ato – quem pode praticar o ato.....	497
9.1.5.1.	Pessoa jurídica.....	498
9.1.5.2.	Sucessores (herdeiros) do agente que cometeu ato de improbidade.....	498
9.1.5.3.	Agentes políticos.....	498
9.1.6.	Tipos ou infrações que caracterizam atos de improbidade.....	499
9.1.7.	Penas pela prática de ato de improbidade administrativa.....	500
9.1.8.	Elemento subjetivo da improbidade administrativa.....	503
9.1.9.	Aspectos processuais da improbidade administrativa.....	504
9.1.9.1.	Competência jurisdicional para conhecer a ação de improbidade administrativa.....	504
9.1.9.2.	Legitimidade ativa nas ações de improbidade administrativa.....	506
9.1.9.3.	Rito processual das ações de improbidade administrativa.....	506
9.1.9.4.	Medidas cautelares na ação de improbidade administrativa.....	509
9.1.10.	Prescrição da pretensão punitiva em casos de improbidade administrativa.....	511
9.1.10.1.	Análise dos casos de prescrição previstos na Lei nº 8.429/92.....	511
9.1.10.2.	Imprescritibilidade da reparação do dano – art. 37, § 5º, da CF/88.....	513
9.2.	Lei anticorrupção – Lei nº 12.846/13.....	514
9.2.1.	Natureza jurídica da Lei nº 12.846/2013.....	515
9.2.2.	Âmbito de incidência da Lei nº 12.846/2013.....	515
9.2.3.	Objeto da Lei Anticorrupção.....	516
9.2.4.	Sujeito ativo – aquele que pratica o ato ilícito.....	517
9.2.5.	Sujeito passivo – aquele que sofre o ato ilícito.....	517
9.2.6.	Regime de responsabilidade adotado pela Lei nº 12.846/2013.....	518
9.2.7.	Atos ilícitos – tipificação.....	520
9.2.8.	Procedimento administrativo da Lei Anticorrupção.....	520
9.2.9.	Procedimento judicial da Lei Anticorrupção.....	523
9.2.10.	Penalidades aplicáveis pela Lei Anticorrupção.....	524
9.2.10.1.	Penas administrativas.....	524
9.2.10.2.	Penas judiciais.....	525
9.2.11.	Acordo de leniência previsto da Lei Anticorrupção.....	526
9.2.12.	Prescrição dos atos puníveis pela Lei Anticorrupção.....	529

PARTE 2 – RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS UNILATERAIS E OS MEIOS DE CONTROLE	531
TÍTULO I – DIREITO SUBJETIVO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	531
Capítulo 10 – Direito subjetivo no âmbito do direito administrativo	531
10.1. Introdução	531
10.2. Direito subjetivo	532
10.2.1. Conceituação quanto ao objeto tutelado	532
10.2.2. Conceituação quanto à finalidade	533
10.2.3. Conceituação quanto à justificação	533
10.3. Direito subjetivo e direito objetivo	533
10.4. Direito subjetivo e direito potestativo	538
10.5. Direito público subjetivo	539
10.6. Direitos subjetivos do Estado	541
10.7. Redução do problema aos limites da competência administrativa	543
10.8. Direitos debilitados	545
10.9. Reflexões complementares	546
Capítulo 11 – Estado e função administrativa	546
11.1. Introdução	546
11.2. Função	550
11.3. Função pública	551
11.3.1. Sentido amplo	552
11.3.2. Sentido estrito	553
11.3.3. Sentido super-restrito	554
11.4. Função administrativa	554
11.4.1. Critério residual (negativista)	557
11.4.2. Critério subjetivo ou orgânico	557
11.4.3. Critério objetivo ou funcional	558
11.4.3.1. Critério objetivo-material	559
11.4.3.2. Critério objetivo-formal	561
11.4.4. Nossa definição	561
Capítulo 12 – Funções administrativas específicas	568
12.1. Considerações sobre o exercício das funções administrativas	568
12.2. Poder Executivo e função administrativa	571
12.3. Prerrogativas ou potestades administrativas	573
12.4. Teoria dos poderes implícitos	574
12.5. A Teoria do “poder-dever” ou do “dever-poder”	574
12.6. Classificação das funções administrativas	575
12.7. Funções introvertidas	576
12.7.1. Função hierárquica	578
12.7.1.1. Conceito de função hierárquica	578
12.7.1.2. Faculdades advindas da função hierárquica	580
12.7.1.3. Dever e excludentes da função hierárquica	581
12.7.1.4. Características da função hierárquica	581
12.7.2. Função disciplinar	582

12.7.2.1.	Conceito e objeto da função disciplinar	582
12.7.2.2.	Exercício da função disciplinar.....	583
12.7.2.3.	Princípio da intranscendência na aplicação de penas administrativas.....	584
12.8.	Funções extroversas	585
12.8.1.	Função de polícia	585
12.8.1.1.	Antecedentes históricos	585
12.8.1.2.	Conceito de função de polícia	587
12.8.1.3.	Objeto da função de polícia	589
12.8.1.4.	Atuação de polícia	591
12.8.1.5.	Características da função de polícia	593
12.8.1.6.	Classificação e espécies de função de polícia.....	594
12.8.1.6.1.	Quanto à especificidade ou generalidade.....	594
12.8.1.6.2.	Quanto ao momento em que atua.....	595
12.8.1.7.	Titulares do exercício da função de polícia	595
12.8.1.8.	Delegação do exercício da função de polícia a particulares	597
12.8.1.8.1.	Exercício dos atos materiais de polícia por particulares	597
12.8.1.8.2.	Exercício dos atos de polícia por particulares	598
12.8.1.9.	Distinções necessárias para com a função de polícia....	600
12.8.1.9.1.	Distinção da função de polícia e o direito de vizinhança.....	601
12.8.1.9.2.	Diferença da função de polícia e o serviço público.....	601
12.8.1.9.3.	Diferença ente polícia judiciária e administrativa	602
12.8.2.	Função regulamentar.....	604
12.8.2.1.	Precisões semântico-dogmáticas sobre o tema.....	605
12.8.2.2.	Conceito de função regulamentar	607
12.8.2.3.	Natureza jurídica	609
12.8.2.4.	Limites à função regulamentar	610
12.8.2.5.	Exercício da função regulamentar.....	612
12.8.2.5.1.	Regulamentação secundum legem – regulamentos executivos.....	615
12.8.2.5.2.	Regulamentação intra legem – regulamentos delegados ou autorizados.....	617
12.8.2.5.3.	Regulamentação praeter legem – regulamentos autônomos.....	622
12.8.2.5.4.	Síntese conclusiva.....	626
12.8.2.6.	Manifestações concretas da função regulamentar – espécies de atos normativos infralegais.....	626
12.8.2.6.1.	Decreto e regulamento.....	627
12.8.2.6.2.	Resolução.....	628
12.8.2.6.3.	Instrução	629
12.8.2.6.4.	Portaria.....	629
12.8.2.6.5.	Deliberação	630

12.8.2.6.6.	Regimento	630
12.8.2.7.	Função regulamentar no direito estrangeiro	630
TÍTULO II – RELAÇÕES JURÍDICAS UNILATERAIS.....		633
Capítulo 13 – Ato administrativo.....		633
13.1.	Introdução ao ato administrativo	633
13.2.	Inserção do ato administrativo nos domínios do fato jurídico <i>lato sensu</i>	634
13.2.1.	Princípio da relatividade do suporte fático	639
13.2.2.	Fato administrativo ou fato jurídico <i>stricto sensu</i>	639
13.2.3.	Ato administrativo como categoria do ato jurídico <i>stricto sensu</i> ...	642
13.3.	Silêncio administrativo	644
13.3.1.	Silêncio administrativo no direito estrangeiro.....	645
13.3.2.	Natureza jurídica e efeitos do silêncio administrativo	646
13.3.3.	Perspectiva contemporânea acerca do silêncio administrativo.....	650
13.3.4.	O direito de injunção administrativa e soluções brasileiras à omissão administrativa.....	652
13.3.5.	Exemplos de silêncio administrativo no sistema jurídico brasileiro	654
13.4.	Atos administrativos e atos da administração.....	655
13.4.1.	Espécies de atos da Administração – não são atos administrativos – margem negativa	657
13.4.1.1.	Atos legislativos e judiciais.....	657
13.4.1.2.	Atos políticos ou atos de governo.....	658
13.4.1.2.1.	Evolução e desenvolvimento do ato político ou de governo.....	658
13.4.1.2.2.	Elementos dogmáticos e conceituação dos atos políticos ou de governo	665
13.4.1.3.	Atos de gestão ou atos regidos pelo direito privado e praticados pela Administração Pública	668
13.4.1.4.	Atos materiais – mera operacionalização	671
13.4.1.5.	Atos regulamentares	673
13.4.1.5.1.	Atos administrativos intermediários.....	676
13.4.1.6.	Contratos administrativos.....	677
13.5.	Conceituação dos atos administrativos	677
13.5.1.	Conceitos encontrados na doutrina em geral.....	677
13.5.2.	Estruturação dogmática dos pressupostos do conceito de ato administrativo – margem positiva.....	687
13.5.2.1.	Ato administrativo é ato jurídico <i>stricto sensu</i>	689
13.5.2.2.	Exercício da função administrativa	690
13.5.2.3.	Unilateralidade do ato administrativo	690
13.5.2.4.	Concretude.....	691
13.5.2.5.	Expedido no uso das prerrogativas públicas.....	692
13.5.2.6.	Praticado pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes	692
13.5.2.7.	Implementação do interesse público	692
13.5.2.8.	Sujeição a um regime jurídico-administrativo.....	693
13.5.3.	Síntese conclusiva – encaminhamento de um conceito de ato administrativo	693

13.6.	Elementos do ato administrativo	695
13.6.1.	Competência ou sujeito	698
13.6.1.1.	Conceito	698
13.6.1.2.	Competência e capacidade do agente público	701
13.6.1.3.	Classes de competências – limitações	703
13.6.1.4.	Teoria do paralelismo das competências	704
13.6.1.5.	Vício de competência – a incompetência	704
13.6.1.5.1.	Espécies de vício de competência – espécies de incompetência	705
13.6.1.5.2.	Excesso de poder	706
13.6.1.6.	Modificação das competências administrativas	708
13.6.1.6.1.	Delegação de competência	708
13.6.1.6.1.1.	Espécies de delegação ...	711
13.6.1.6.1.2.	Competências indelegáveis	712
13.6.1.6.1.3.	Subdelegação	713
13.6.1.6.2.	Avocação de competência	715
13.6.1.6.3.	Circunstâncias excepcionais que modificam a competência	716
13.6.1.7.	Suspensão provisória da competência	717
13.6.2.	Forma	717
13.6.2.1.	Formalidade	719
13.6.2.1.1.	Formalidade e procedimento	721
13.6.2.2.	Forma: elemento discricionário ou vinculado?	721
13.6.2.3.	Vícios da forma	723
13.6.2.3.1.	Classificação da forma quanto ao vício jurídico	725
13.6.2.4.	Teoria do paralelismo das formas	726
13.6.3.	Finalidade	727
13.6.3.1.	Desvio de finalidade ou de poder	728
13.6.3.1.1.	Perspectiva estrangeira	729
13.6.3.1.2.	Perspectiva brasileira	733
13.6.3.1.3.	Síntese conclusiva – perspectiva contemporânea	734
13.6.3.1.4.	Desvio de finalidade específico ou genérico	743
13.6.3.1.5.	Desvio de finalidade e controle de constitucionalidade	744
13.6.3.1.6.	Desvio de finalidade por omissão	745
13.6.3.1.7.	A intenção no desvio de finalidade – móvel do ato administrativo	745
13.6.3.1.8.	Prova do desvio de finalidade	746
13.6.4.	Motivo	747
13.6.4.1.	Pressupostos do motivo do ato administrativo e erro de fato ou de direito	749
13.6.4.2.	Defeito no elemento motivo	751
13.6.4.3.	Controle judicial dos motivos do ato administrativo ...	753
13.6.4.4.	Teoria dos motivos determinantes	754

13.6.4.5.	Motivação.....	756
13.6.4.5.1.	Motivação referida ou aliunde.....	761
13.6.4.5.2.	Motivação: um problema de forma ou de conteúdo?.....	761
13.6.4.5.3.	Obrigatoriedade ou não de se motivar todos os atos administrativos.....	761
13.6.4.6.	Móvel do ato administrativo.....	767
13.6.5.	Objeto.....	768
13.7.	Prerrogativas e sujeições administrativas, atributos ou características do ato administrativo.....	770
13.7.1.	Presunção de legitimidade.....	773
13.7.1.1.	Finalidades da presunção de legitimidade.....	775
13.7.1.2.	Efeitos da presunção de legitimidade.....	777
13.7.1.3.	Desnecessidade de previsão expressa.....	779
13.7.2.	Imperatividade.....	780
13.7.2.1.	Atos administrativos sem imperatividade.....	782
13.7.2.2.	Perspectiva contemporânea.....	782
13.7.3.	Autoexecutoriedade.....	784
13.7.3.1.	Executoriedade e exigibilidade.....	784
13.7.3.2.	Conceito.....	786
13.7.3.3.	Elementos dogmáticos da autoexecutoriedade.....	789
13.7.3.4.	Autoexecutoriedade e descumprimento da lei.....	791
13.7.3.5.	Judicialização ou processualização da autoexecutoriedade.....	792
13.8.	Classificação dos atos administrativos.....	792
13.8.1.	Critério do sentido do ato – ato administrativo material ou formal....	793
13.8.2.	Critério do regime jurídico – ato administrativo de império, de gestão ou de expediente.....	794
13.8.3.	Critério dos destinatários – ato administrativo geral ou individual.....	796
13.8.4.	Critério do âmbito de repercussão – ato administrativo interno ou externo.....	798
13.8.5.	Critério dos tipos de efeitos – ato administrativo constitutivo, declaratório ou enunciativo.....	800
13.8.6.	Critério da duração dos efeitos – ato administrativo instantâneo ou continuado.....	800
13.8.7.	Critério dos efeitos do ato em relação ao cidadão – ato administrativo ampliativo ou ablativo.....	801
13.8.8.	Critério da exequibilidade – ato administrativo perfeito, imperfeito, pendente ou consumado.....	802
13.8.9.	Critério do ajuste de vontades – ato administrativo negocial ou não negocial.....	803
13.8.10.	Critério da competência – ato administrativo discricionário e vinculado.....	804
13.8.11.	Critério da natureza da atividade – ato administrativo ativo, consultivo, verificador ou contencioso.....	805
13.8.12.	Critério da forma – ato administrativo escrito ou verbal.....	806
13.8.13.	Critério da originalidade do objeto – ato administrativo primário ou secundário.....	807

13.8.14.	Critério da natureza da relação – ato administrativo de subordinação ou de coordenação.....	807
13.8.15.	Critério da existência – ato administrativo integrado ou incompleto.....	807
13.8.16.	Critério da validade – ato administrativo válido, inválido ou validável.....	808
13.8.17.	Critério da presença de eficácia – ato administrativo eficaz ou ineficaz.....	808
13.8.18.	Critério da estrutura – ato concreto, abstrato ou misto.....	809
13.8.19.	Critério da formação – ato administrativo simples, complexo ou composto.....	812
	13.8.19.1. Início do prazo de decadência no ato administrativo complexo e composto – início do aperfeiçoamento do ato.....	815
	13.8.19.2. Atos de verificação dos tribunais de contas.....	816
	13.8.19.3. Vícios jurídicos nos atos administrativos complexos.....	817
13.9.	Espécies de administrativos.....	817
13.9.1.	Atos administrativos enunciativos.....	819
	13.9.1.1. Apostila.....	820
	13.9.1.2. Atestado.....	820
	13.9.1.3. Certidão.....	821
	13.9.1.4. Visto.....	822
	13.9.1.5. Informação.....	822
	13.9.1.6. Parecer.....	823
	13.9.1.6.1. O parecer seria verdadeiro ato administrativo?.....	824
	13.9.1.6.2. Estrutura e forma do parecer.....	824
	13.9.1.6.3. Espécies de parecer.....	826
	13.9.1.6.3.1. Parecer facultativo.....	827
	13.9.1.6.3.2. Parecer obrigatório ou necessário.....	827
	13.9.1.6.3.3. Parecer vinculante.....	828
	13.9.1.6.3.4. Parecer normativo.....	829
	13.9.1.6.4. Responsabilidade dos pareceristas.....	829
13.9.2.	Atos administrativos negociais.....	833
	13.9.2.1. Admissão.....	835
	13.9.2.2. Aprovação.....	836
	13.9.2.3. Homologação.....	836
	13.9.2.4. Visto.....	837
	13.9.2.5. Registro.....	837
	13.9.2.6. Licença.....	837
	13.9.2.7. Concessão.....	839
	13.9.2.8. Permissão.....	840
	13.9.2.9. Autorização.....	841
	13.9.2.10. Alvará.....	845
	13.9.2.11. Dispensa.....	845
	13.9.2.12. Renúncia.....	846
13.9.3.	Atos ordinatórios – medidas de ordem interior – medidas internas.....	846

13.9.3.1.	Circular.....	849
13.9.3.2.	Instrução.....	850
13.9.3.3.	Diretiva.....	851
13.9.3.4.	Ordem de serviço.....	853
13.9.3.5.	Ofícios.....	853
13.9.4.	“Atos administrativos normativos” ou “regulamentares”.....	853
13.10.	Discricionariedade e vinculação administrativas.....	854
13.10.1.	Precisão teórica-dogmática.....	854
13.10.2.	Vinculação administrativa.....	856
13.10.3.	Discricionariedade administrativa.....	858
13.10.3.1.	Reserva de administração.....	858
13.10.3.2.	Critérios constitutivos e definição da discricionariedade administrativa.....	860
13.10.3.3.	Mérito do ato administrativo.....	866
13.10.3.4.	Fundamentos lógico-jurídicos à discricionariedade administrativa.....	867
13.10.3.5.	Limites à atuação discricionária.....	868
13.10.3.6.	Elementos da discricionariedade administrativa.....	869
13.10.3.7.	Capacidade de agir a partir da discricionariedade.....	870
13.10.3.8.	Discricionariedade e arbitrariedade.....	870
13.10.3.9.	Vícios ligados à discricionariedade.....	872
13.10.3.10.	Discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados.....	872
13.10.3.11.	O problema da “discricionariedade técnica”.....	881
13.10.3.12.	Discricionariedade e o princípio da igualdade.....	886
13.10.3.13.	Discricionariedade e interesse público.....	888
13.10.3.14.	A ideia de se “superar” a dicotomia entre os atos puramente discricionários e vinculados.....	889
13.10.3.15.	Discricionariedade seletiva e normativa.....	891
13.11.	Planos do ato administrativo– existência, validade, eficácia e perfeição.....	892
13.11.1.	Plano da existência do ato administrativo.....	897
13.11.2.	Plano da validade do ato administrativo.....	901
13.11.3.	Plano da eficácia do ato administrativo.....	902
13.11.3.1.	Elementos que podem obstar a eficácia dos atos administrativos.....	903
13.11.3.2.	O tempo dos atos administrativos.....	906
13.11.4.	Plano da perfeição do ato administrativo.....	908
13.12.	Sistema de nulidades do ato administrativo.....	910
13.12.1.	Aplicação do sistema de nulidades do direito civil ao regime jurídico administrativo.....	911
13.12.2.	Sistema de nulidades do regime jurídico administrativo.....	915
13.12.2.1.	Perspectiva internacional.....	916
13.12.2.2.	Perspectiva nacional.....	917
13.12.3.	Espécies e possibilidades de nulidade do ato administrativo.....	924
13.12.3.1.	Nulidade absoluta ou apenas nulidade.....	930
13.12.3.2.	Nulidade relativa ou apenas anulabilidade.....	935
13.12.3.3.	Irregularidade.....	937
13.12.4.	O problema da nulidade parcial.....	937

13.12.5.	Reaquisição da validade e ferramentas jurídicas de correção dos vícios jurídicos do ato administrativo.....	938
13.12.5.1.	Convalidação.....	939
13.12.5.1.1.	Formas de se convalidar um ato administrativo.....	940
13.12.5.1.2.	Pressupostos lógicos da convalidação....	941
13.12.5.1.3.	Pressupostos jurídicos da convalidação – elementos nucleares.....	942
13.12.5.1.4.	A convalidação seria ato vinculado ou discricionário?.....	943
13.12.5.1.5.	Legitimados a praticarem a convalidação.....	944
13.12.5.2.	Conversão.....	945
13.12.5.3.	Estabilização.....	946
13.12.5.4.	Decadência.....	947
13.12.5.4.1.	Pressupostos jurídicos da decadência – elementos nucleares.....	949
13.12.5.4.2.	Decadência administrativa do direito de reconhecer nulidade que deriva da violação de norma constitucional.....	951
13.12.6.	Instituto da pas de nullité sans grief aplicado ao direito administrativo.....	952
13.13.	Extinção dos atos administrativos.....	955
13.13.1.	Extinção objetiva ou natural.....	956
13.13.1.1.	Quando há exaurimento dos efeitos.....	957
13.13.1.2.	Quando há o desaparecimento do sujeito beneficiário ou do objeto do ato administrativo.....	958
13.13.2.	Extinção subjetiva ou provocada.....	958
13.13.2.1.	Por ato do cidadão.....	958
13.13.2.1.1.	Renúncia.....	958
13.13.2.1.2.	Recusa.....	959
13.13.2.2.	Por retirada ou por ato da Administração Pública.....	959
13.13.2.2.1.	Revogação.....	959
13.13.2.2.1.1.	A peculiaridade do art. 71, § 2º, da Lei nº 14.133/21 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.....	962
13.13.2.2.1.2.	Objeto da revogação dos atos administrativos.....	963
13.13.2.2.1.3.	Atos administrativos irrevogáveis.....	964
13.13.2.2.1.4.	Efeitos ex nunc (prospectivos) da revogação ...	966
13.13.2.2.1.5.	Forma da revogação.....	966
13.13.2.2.1.6.	Revogação da revogação do ato administrativo – efeito repristinatório.....	967
13.13.2.2.1.7.	Revogação e autolimitação administrativa.....	968

13.13.2.2.1.8. Revogação de ato administrativos que geram vantagens ao particular...	969
13.13.2.2.2. Anulação	971
13.13.2.2.2.1. Efeitos ex tunc (retroativos) da anulação	975
13.13.2.2.2.2. Modulação dos efeitos da anulação do ato administrativo – declaração parcial de ilegalidade sem pronúncia de nulidade	976
13.13.2.2.2.3. Diferenças entre a revogação e a anulação	978
13.13.2.2.3. Cassação	981
13.13.2.2.4. Caducidade	982
13.13.2.2.5. Contraposição ou derrubada	984
Capítulo 14 – Controle dos atos administrativos	985
14.1. Evolução do controle dos atos administrativos no Brasil	988
14.2. Classificação do controle dos atos administrativos	990
14.2.1. Quanto ao âmbito de atuação do órgão que controla	990
14.2.2. Quanto ao momento	992
14.2.3. Quanto ao poder que pratica o ato	992
14.2.4. Quanto ao controle feito entre a Administração Pública direta e indireta	993
14.2.5. Quanto à iniciativa ou quanto à voluntariedade do controle	994
14.2.6. Quanto ao conteúdo	994
14.3. Controle da discricionariedade administrativa	995
14.4. Controle judicial de atos políticos ou de governo	1005
14.5. Possibilidade ou não de o administrador público deixar de aplicar uma lei porque a considera inconstitucional	1006
14.6. Perspectiva contemporânea acerca do controle dos atos administrativos	1009
PARTE 3 – PROCESSO ADMINISTRATIVO, RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS BILATERAIS E EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	1013
TÍTULO I – PROCESSUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	1013
Capítulo 15 – Processo administrativo	1013
15.1. Processo e procedimento	1014
15.2. Devido processo legal administrativo	1016
15.3. Fins do processo administrativo	1019
15.4. Aplicabilidade das leis do processo administrativo	1019
15.5. Classificações do processo administrativo	1022
15.6. Processo administrativo federal – Lei nº 9.784/99	1022
15.6.1. Princípios jurídicos aplicáveis ao processo administrativo	1023
15.6.2. Direitos e deveres da Administração Pública e do cidadão	1024
15.6.3. Início do processo administrativo	1025

15.6.4.	Legitimados ao processo administrativo.....	1027
15.6.5.	Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	1029
15.6.6.	Fases do processo administrativo	1034
15.6.7.	Decisão e motivação do processo administrativo.....	1035
15.6.8.	Decadência e convalidação	1040
15.6.9.	Fase recursal do processo administrativo	1040
15.6.10.	Contagem de prazos no processo administrativo.....	1045
Capítulo 16 – Licitações públicas.....		1045
16.1	Evolução das licitações públicas.....	1045
16.2	Licitações públicas no direito estrangeiro.....	1048
16.3	Relevância das licitações públicas.....	1049
16.4	Aspectos econômicos das licitações públicas	1050
16.5	Previsão constitucional sobre as licitações públicas.....	1052
16.6	Entidades e órgãos públicos submetidos à Lei nº 14.133/21	1052
16.6.1	Entidades e órgãos públicos atingidas pela Lei nº 14.133/21	1052
16.6.2	Entidades e órgãos públicos não atingidas pela Lei nº 14.133/21...	1054
16.7	Competência para legislar sobre licitações e contratos administrativos.....	1055
16.8	Conceito de licitação pública	1056
16.9	Natureza jurídica da licitação pública	1058
16.10	Objeto da licitação pública	1059
16.11	Objetivos das licitações públicas	1060
16.11.1	Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.....	1061
16.11.2	Isonomia	1062
16.11.3	Evitar contratações com sobrepreço, com preços manifestamente inexequíveis e com superfaturamento	1063
16.11.4	Incentivo à inovação e o desenvolvimento nacional sustentável...	1064
16.12	Pressupostos da licitação pública	1066
16.13	Princípios da licitação pública.....	1067
16.14	Contratação direta	1072
16.14.1	Licitação dispensada	1073
16.14.2	Licitação dispensável	1075
16.14.3	Licitação inexigível	1085
16.15	Procedimentos licitatórios ou modalidades de licitação	1093
16.15.1	Fases ou etapas da licitação	1093
16.15.2	Espécies de procedimento ou modalidades.....	1098
16.15.2.1	Pregão e concorrência	1099
16.15.2.1.1	Forma dos procedimentos.....	1099
16.15.2.1.2	Modos de disputa.....	1100
16.15.2.1.3	Pregão	1101
16.15.2.1.4	Concorrência	1103
16.15.2.2	Concurso	1105
16.15.2.3	Leilão.....	1106
16.15.2.4	Diálogo competitivo.....	1108
16.15.2.4.1	Introdução	1108
16.15.2.4.2	Aplicação do diálogo competitivo.....	1109
16.15.2.4.3	Procedimento do diálogo competitivo...	1109

16.16	Tipos de licitação ou critérios de seleção da proposta mais vantajosa	1113
16.17	Comissão de licitação, agente da licitação e agente de contratação.....	1114
16.17.1	Agente da licitação e agente de contratação.....	1114
16.17.2	Comissão de licitação.....	1116
16.18	Institutos relevantes nas licitações	1117
16.18.1	Exigência de amostras.....	1117
16.18.2	Certificados de qualidade.....	1118
16.18.3	Contratação integrada e semi-integrada	1118
16.18.4	Fornecimento e prestação de serviço associado.....	1121
16.18.5	Orçamento sigiloso.....	1121
16.18.6	Remuneração variável	1123
16.19	Procedimentos auxiliares.....	1124
16.19.1	Credenciamento	1124
16.19.2	Pré-qualificação.....	1125
16.19.3	Procedimento de manifestação de interesse	1128
16.19.4	Sistema de registro de preços.....	1129
16.19.5	Registro cadastral	1136
16.20	Microempresas e empresas de pequeno porte e a licitação pública	1137
16.21	Encerramento da licitação	1139
Capítulo 17 – Contratos administrativos		1140
17.1.	Introdução e evolução do tema.....	1140
17.2.	Perspectiva nacional e internacional.....	1142
17.2.1.	A experiência francesa.....	1143
17.2.2.	A experiência do common law.....	1147
17.2.3.	A experiência alemã.....	1148
17.2.4.	A experiência da União Europeia	1151
17.2.5.	A experiência brasileira.....	1153
17.3.	Conceito de contratos administrativos.....	1154
17.3.1.	Elementos constitutivos do conceito	1155
17.3.1.1.	Elementos nucleares.....	1156
17.3.1.2.	Elementos completantes.....	1157
17.3.1.2.1.	Presença da Administração Pública como parte da relação contratual	1158
17.3.1.2.2.	Objeto do contrato administrativo compreende uma atividade e/ou função administrativa.....	1161
17.3.1.2.3.	Presença de cláusulas exorbitantes ou do regime derogatório.....	1162
17.3.1.2.3.1.	Origem	1162
17.3.1.2.3.2.	Definição das cláusulas exorbitantes ou regime derogatório	1164
17.3.1.3.	Sistematizando os elementos do contrato administrativo	1167
17.3.1.4.	Análise crítica – perspectiva contemporânea acerca dos contratos administrativos	1169
17.3.2.	Teoria da inexistência de contratos administrativos como categoria própria.....	1174

17.4.1.	Contratos da administração.....	1176
17.4.2.	Tratados internacionais.....	1178
17.3.3.	Convênios	1179
17.4.4.	Atos administrativos negociais.....	1182
17.5.	Competência para legislar sobre contratos administrativos	1184
17.6.	Características dos contratos administrativos.....	1184
17.6.1.	Contrato de adesão	1184
17.6.2.	Natureza personalíssima ou intuito personae	1185
17.6.3.	Oneroso.....	1185
17.6.4.	Bilateral.....	1185
17.6.5.	Comutativo.....	1186
17.6.6.	Formal.....	1186
17.7.	Regime jurídico das prerrogativas do contrato administrativo.....	1186
17.7.1.	Mutabilidade do contrato	1186
17.7.1.1.	Causas de mutabilidade dos contratos administrati- vos	1187
17.7.1.1.1.	Álea administrativa.....	1188
17.7.1.1.1.1.	Alteração unilateral.....	1189
17.7.1.1.1.2.	Fato do príncipe	1193
17.7.1.1.1.3.	Fato da administração.....	1194
17.7.1.1.2.	Álea econômica.....	1195
17.7.1.1.2.1.	Situações relevantes no âmbito da álea econô- mica.....	1195
17.7.1.1.2.2.	Teoria da imprevisão.....	1197
17.7.1.2.	Limites à modificação dos contratos administra- tivos	1199
17.7.1.2.1.	Equilíbrio econômico-financeiro	1201
17.7.1.2.2.	Metodologia para se promover o ree- quilíbrio econômico-financeiro.....	1208
17.7.1.2.3.	Formas de restabelecimento do equilí- brio econômico-financeiro.....	1209
17.7.1.2.3.1.	Revisão	1210
17.7.1.2.3.2.	Repactuação.....	1211
17.7.1.2.3.3.	Reajuste.....	1211
17.7.1.2.3.4.	Sistematizando	1214
17.7.1.3	Matriz de risco.....	1215
17.7.2.	Exigência de garantias.....	1217
17.7.3.	Extinção unilateral dos contratos administrativos	1221
17.7.4.	Fiscalização	1222
17.7.5.	Aplicação de penalidades – sanções administrativas.....	1225
17.7.5.1	Procedimento para aplicação das sanções adminis- trativas	1236
17.7.5.2	Prescrição das sanções administrativas.....	1237
17.7.5.3	Comunicação das penalidades ao <i>Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)</i> e ao <i>Ca- dastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS</i>	1238

17.7.5.4	Desconsideração da personalidade jurídica.....	1239
17.7.6.	Restrições ao uso da exceção do contrato não cumprido.....	1240
17.7.7.	Retomada do objeto.....	1242
17.7.8.	Anulação do contrato e direito de indenização do contratado.....	1242
17.7.9	Antecipação de pagamentos.....	1245
17.8.	Formalização.....	1247
17.9.	Prazo dos contratos administrativos.....	1249
17.9.1.	Premissas dogmáticas preliminares.....	1249
17.9.2.	Prazos contratuais – regra geral e exceções.....	1250
17.9.3.	Prazo de execução – prazo de entrega do objeto contratual e adimplemento.....	1252
17.9.4.	Recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente.....	1253
17.10.	Espécies de contrato administrativo.....	1254
17.10.1.	Contrato de obra pública.....	1256
17.10.2.	Contrato de prestação de serviços em geral.....	1260
17.10.3	Contrato de fornecimento.....	1262
17.10.4	Contrato de delegação.....	1264
17.10.4.1.	Contrato de concessão de serviço público.....	1264
17.10.4.2.	Contrato de concessão de serviço público precedido de obra.....	1265
17.10.4.3.	Contrato de permissão de serviço público.....	1265
17.10.4.4.	Contrato de ocupação de bem público ou contrato de atribuição.....	1266
17.10.4.5.	Parceria Público-Privada (PPP).....	1266
17.10.4.5.1.	Introdução.....	1266
17.10.4.5.2.	Histórico das Parcerias Público-Privadas.....	1267
17.10.4.5.3.	Natureza jurídica da Parceria Público-Privada.....	1269
17.10.4.5.4.	Objeto da Parceria Público-Privada.....	1269
17.10.4.5.5.	Características da Parceria Público-Privada.....	1270
17.10.4.5.6.	Espécies da Parceria Público-Privada....	1271
17.10.4.5.7.	Remuneração do parceiro privado.....	1274
17.10.4.5.8.	Licitação para Parceria Público-Privada	1275
17.10.4.5.9.	Limites contratuais das Parcerias Público-Privadas.....	1276
17.10.4.5.10.	Gestão das Parcerias Público-Privadas – Sociedade de Propósito Específico –SPE.....	1277
17.10.4.5.11.	Garantias às Parcerias Público-Privadas.....	1278
17.10.5.	Outras espécies de contratos administrativos.....	1279
17.11.	Execução dos contratos administrativos.....	1280
17.11.1.	Subcontratação.....	1281
17.11.2	Recebimento do objeto do contrato administrativo.....	1284
17.12.	Responsabilidade civil contratual.....	1285

17.13. Arbitragem em contratos administrativos	1288
17.13.1. Evolução do tema.....	1289
17.13.2. Arbitragem no âmbito da Administração Pública – perspectiva contemporânea.....	1291
17.14. Extinção dos contratos administrativos.....	1292
17.14.1. Extinção pela execução do contrato – cumprimento.....	1293
17.14.2. Extinção por inexecução do contrato – resolução	1294
17.14.2.1. Resolução voluntária.....	1294
17.14.2.2. Resolução involuntária	1294
17.14.3. Extinção por vontade das partes – resilição.....	1295
17.14.4. Extinção por ocorrência de ilegalidade – anulação	1296
Capítulo 18 – Entidades em colaboração com o Estado – Terceiro Setor	1297
18.1. Introdução – os Setores.....	1297
18.2. Entes privados associados em colaboração com o Poder Público.....	1298
18.2.1. Organização Social (OS).....	1300
18.2.2. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	1301
18.2.3. Organização da Sociedade Civil (OSC)	1302
18.2.3.1. Instrumentos para celebração de parcerias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil ...	1305
18.2.3.2. Chamamento público	1306
18.2.3.3. Plano de trabalho.....	1308
18.2.4. Serviços sociais autônomos, ou “Sistema ‘S’”, ou paraestatais	1309
Capítulo 19 – Bens públicos ou domínio patrimonial.....	1312
19.1. Evolução do tema.....	1313
19.2. Definição jurídico-dogmática de “bem público”	1314
19.3. Classificação dos bens públicos.....	1318
19.3.1. Quanto à titularidade	1318
19.3.2. Quanto à finalidade ou à destinação	1322
19.4. Características dos bens públicos.....	1325
19.4.1. Imprescritibilidade dos bens públicos.....	1326
19.4.2. Inalienabilidade dos bens públicos	1328
19.4.3. Impenhorabilidade dos bens públicos.....	1328
19.5. Uso de bem público por particular	1329
19.5.1. Uso oneroso ou remunerado, e uso gratuito ou não remunerado de bem público	1330
19.5.2. Uso normal ou ordinário, e uso anormal ou extraordinário de bem público	1332
19.5.3. Uso comum e uso especial, ou privativo, ou exclusivo de bem público	1333
19.5.3.1. Uso comum de bem público.....	1333
19.5.3.2. Uso privativo ou exclusivo	1333
19.5.3.2.1. Reconhecimento de uso de bem público	1334
19.5.3.2.2. Licença de uso de bem público.....	1335
19.5.3.2.3. Cessão de uso de bem público	1335
19.5.3.2.4. Autorização de uso de bem público	1335
19.5.3.2.5. Permissão de uso de bem público.....	1336

19.5.3.2.6.	Concessão de uso de bem público	1336
19.5.3.2.7.	Concessão de direito real de uso de bem público	1337
TÍTULO III – ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		1339
Capítulo 20 – Serviços públicos		1339
20.1.	Conceito de serviço público	1339
20.1.1.	Critérios à definição de “serviço público”	1340
20.1.2.	Sentidos ao termo “serviço público”	1343
20.1.3.	Serviço público de “caráter constitucional” e serviço público de “caráter administrativo”	1344
20.1.4.	Definição contemporânea de “serviço público”	1345
20.2.	Serviço público no direito estrangeiro	1348
20.2.1.	França	1348
20.2.2.	Alemanha	1352
20.2.3.	Itália	1354
20.2.4.	Estados Unidos e o “serviço de utilidade pública” ou “public utility”	1356
20.3.	Classificação dos serviços públicos	1357
20.3.1.	Quanto à amplitude das atividades	1357
20.3.2.	Quanto à titularidade	1357
20.3.3.	Quanto aos usuários ou à divisibilidade	1359
20.3.4.	Quanto à exclusividade da prestação	1361
20.3.5.	Quanto à natureza	1362
20.3.6.	Outras classificações	1363
20.4.	Princípios do serviço público	1363
20.4.1.	Princípio da continuidade do serviço público	1364
20.4.2.	Princípio da regularidade	1365
20.4.3.	Princípio da eficiência	1365
20.4.4.	Princípio da segurança	1366
20.4.5.	Princípio da atualidade	1366
20.4.6.	Princípio da generalidade	1366
20.4.7.	Princípio da cortesia	1367
20.4.8.	Princípio da modicidade das tarifas	1367
20.4.9.	Princípio da participação dos usuários do serviço público	1368
20.5.	Interrupção do serviço público	1370
20.6.	Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei nº 8.078/90 – aos serviços públicos	1372
20.7.	Estatuto do Usuário de Serviços Públicos – Lei nº 13.460/17	1374
20.8.	Descentralização de serviço público	1377
20.8.1.	Descentralização por outorga e por delegação	1378
20.8.2.	Delegação de serviços públicos	1380
20.8.3.	Concessão e permissão de serviços públicos	1381
20.8.4.	Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de delegação	1385
20.8.5.	Política tarifária nas delegações de serviço público	1387
20.8.6.	Gestão da delegação – execução, terceirização, subconcessão, transferência	1388

20.8.6.1.	Subconcessão	1389
20.8.6.2.	Terceirização das atividades-meio	1390
20.8.6.3.	Transferência da delegação.....	1390
20.8.6.4.	Assunção do controle acionário da empresa.....	1391
20.8.7.	Extinção da delegação de serviços públicos	1392
Capítulo 21 – Intervenção do estado na propriedade alheia ou domínio eminente.....		1395
21.1.	Direito de propriedade e intervenção do Estado	1395
21.2.	Fundamento à intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1396
21.3.	Competência para legislar sobre a intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1399
21.4.	Espécies de intervenção na propriedade alheia.....	1400
21.4.1.	Confisco.....	1401
21.4.1.1.	Conceito de confisco	1401
21.4.1.2.	Casos em que pode ocorrer confisco	1401
21.4.1.3.	Efeito do confisco	1402
21.4.1.4.	Objeto do confisco	1402
21.4.1.5.	Confisco de bem do terceiro de boa-fé	1403
21.4.2.	Desapropriação.....	1403
21.4.2.1.	Previsão normativa	1403
21.4.2.2.	Legitimidade no âmbito da desapropriação.....	1404
21.4.2.3.	Espécies de desapropriação	1407
21.4.2.3.1.	Desapropriação direta	1407
21.4.2.3.1.1.	Desapropriação ordinária	1408
21.4.2.3.1.2.	Desapropriação extraordinária	1409
21.4.2.3.2.	Desapropriação indireta	1410
21.4.2.4.	Objeto da desapropriação.....	1413
21.4.2.5.	Procedimento da ação de desapropriação	1414
21.4.2.6.	Juros e correção monetária na desapropriação	1422
21.4.2.7.	Desapropriação por zona	1425
21.4.2.8.	Aquisição da propriedade pela desapropriação	1426
21.4.2.9.	Tredestinação, adestinação e desdestinação	1426
21.4.3.	Requisição administrativa	1430
21.4.4.	Limitação administrativa	1434
21.4.5.	Servidão administrativa	1438
21.4.6.	Tombamento	1440
21.4.7.	Ocupação temporária.....	1447
21.4.8.	Sistematizando	1448
21.5.	Autointervenção	1449
Capítulo 22 – Responsabilidade civil extracontratual do Estado		1449
22.1.	Evolução da responsabilidade civil extracontratual do Estado	1450
22.1.1.	Irresponsabilidade civil do Estado.....	1451
22.1.2.	Responsabilidade civil do Estado	1452
22.1.2.1.	Teoria subjetiva – responsabilidade civil subjetiva.....	1453
22.1.2.2.	Teoria do risco administrativo – responsabilidade civil objetiva	1454

22.1.2.3.	Teoria do risco integral – Responsabilidade civil integral	1455
22.2.	Legitimidade para ser responsabilizado.....	1458
22.2.1.	Direito de o Estado demandar, em regresso, o agente público causador do dano.....	1459
22.2.2.	Ação judicial proposta diretamente contra o agente público.....	1461
22.3.	Elementos dogmáticos da responsabilidade civil extracontratual e objetiva do Estado.....	1464
22.3.1.	Conduta.....	1464
22.3.2.	Nexo de causa	1464
22.3.3.	Dano	1469
22.4.	Reparação.....	1471
22.5.	Prescrição das pretensões de responsabilidade civil por dano extracontratual do Estado.....	1471
22.6.	Casuística – análise de situações específicas	1473
22.6.1.	Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos.....	1474
22.6.2.	Responsabilidade por ação ou por omissão.....	1475
22.6.3.	Responsabilidade fora do campo de ação do poder executivo.....	1479
22.6.3.1.	Responsabilidade por atos legislativos	1479
22.6.3.2.	Responsabilidade por atos judiciais	1481
22.6.4.	Falecimento de detento dentro de estabelecimento prisional.....	1482
22.6.5.	Condições desumanas em estabelecimento prisional.....	1483
22.6.6.	Responsabilidade civil do Estado em relação à atos lesivos praticados por notário ou registrador – delegado de função	1485
REFERÊNCIAS.....		1487
ÍNDICE.....		1511